

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022-SECIPS

A Assistente Social da Secretaria de Cidadania e Promoção Social do Município de Viçosa do Ceará, consoante autorização da Secretária da Cidadania e Promoção Social, vem abrir o presente processo de dispensa de licitação para a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ABRIGO DE FAMÍLIA EM NECESSIDADES EXTREMAS E URGENTES DE MORADIAS, fundamentado no Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Em virtude do município de Viçosa do Ceará não possuir prédios próprios suficientes para servir de abrigo a pessoas desabrigadas e em estado de vulnerabilidade econômica e social necessitando, portanto, em recorrer à locação de imóveis para tal fim, ou seja, para o abrigo de família em necessidades extremas e urgentes de moradias, em conformidade com a Lei nº 704/2017, de 15 de dezembro de 2017. Após algumas incursões para locação de imóveis para este fim, tomou conhecimento de um imóvel capaz de atender as necessidades, esse é o motivo gerador dessa dispensa, que tem embasamento legal no art. 24, inciso X da Lei das Licitações, que será efetuada para um período de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, para servir de moradia para a Sra. MARIA DAIANA SAMPAIO DE SOUSA, CPF: 071.590.683-60.

A ausência de licitação, no caso em questão, derivada impossibilidade do interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não o escolhido. As características do imóvel, tais como localização, dimensão, destinação, entre outras, são relevantes de tal modo que a Administração não tem outra escolha.

Segundo o respeitado Marçal Justen Filho, a contratação depende, portanto, das seguintes condições:

“a) necessidade de imóvel o para desempenho das atividades administrativas; b) adequação de um determinado imóvel para satisfação do interesse público específico; c) Compatibilidade do preço (ou aluguel) com os parâmetros de mercado;” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed., p. 251).

Destarte, além da adequação do imóvel eleito para a satisfação do interesse público específico, existe compatibilidade do valor do aluguel com os parâmetros do mercado, evidenciado pela necessidade por parte da administração para a locação do imóvel em caráter emergencial para servir de abrigo para a família da Sra. MARIA DAIANA SAMPAIO DE SOUSA, CPF: 071.590.683-60, que se encontra em necessidade extrema e urgente de moradia, conforme expresso pela Assistente Social da Secretaria de Cidadania e Promoção Social do Município de Viçosa do Ceará:

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) USUÁRIO (A);

Realizamos visita domiciliar a Senhora Maria Daiana Sampaio de Sousa, portadora do RG: 2008472204-0 SSP CE, CPF: 071.590.683-60 no dia 03 de janeiro de 2022, para elaboração de relatório social.

2. SITUAÇÃO HABITACIONAL

A família reside há seis anos em uma casa cedida pelo irmão, Sítio Olaria, Viçosa do Ceará - CE, construção de alvenaria, com quatro cômodos, possui energia elétrica e água de poço.

3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

A composição familiar é formada pelo Sra. Maria Daiana Sampaio de Sousa, 25 anos o Sr. Cláudio Sérgio Sousa de Araújo, 29 anos, ambos sem ocupação formal, e seus filhos, João Miguel Sousa Sampaio, 8 anos e Maria Eduarda Sousa Sampaio, 3 anos, sendo os dois filhos menores, estudantes e residentes no mesmo domicílio, tendo em vista que a renda familiar parte apenas da genitora através do Auxílio Brasil.

4. SITUAÇÃO FAMILIAR E FONTE DE RENDA

De acordo com a composição familiar acima exposta, constata-se que a família vive em situação de vulnerabilidade, atualmente a renda da família é proveniente do Auxílio Brasil no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais). O aporte financeiro da família é insuficiente para manter quatro pessoas e as despesas fixas como medicamentos R\$ 80,00 (oitenta reais), conta de água R\$ 80,00 (oitenta reais), conta de luz R\$ 100,00 (cem reais) e alimentação sem valor especificado.

A senhora Maria Daiana solicita o aluguel social pois a casa que mora atualmente é cedida por seu irmão, que mora atualmente em outro município e pretende voltar, ou seja, a Sra. Daiana precisa ausentar-se da casa e não tem condições de arcar com mais essa despesa de aluguel.

5. CONCLUSÃO

Diante da situação identificada, considerando a insuficiência de renda da família, a situação de vulnerabilidade social e a existência de crianças na composição familiar, que de acordo com a Lei 8.069/1990 são considerados prioridade absoluta para as políticas públicas, concluímos que a família em relato é prioritária para o Benefício Eventual Aluguel Social, bem como acompanhamento pela equipe do CRAS visando amenizar situações de vulnerabilidade e a promoção do fortalecimento dos vínculos familiares.

É importante informar que tal medida está em concordância com o que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social, em seu art. 22:

“Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”

Em âmbito municipal, está em concordância com a Lei Nº 532 de 16 de fevereiro de 2009, que institui os benefícios eventuais no município de Viçosa do Ceará e com o Decreto Municipal de Nº 027/2009 de 03 de março de 2009 que regulamenta a concessão destes benefícios, prevê a possibilidade da prestação de assistência por meio de pagamento de aluguel temporário (Art. 10, Parágrafo Único, inciso III, alínea b).

Assim, diante do exposto, emito a presente declaração de dispensa a seguir:

VIÇOSA DO CEARÁ EM 19 DE MAIO DE 2022.



TRÍCIA MARIA MARQUES DO BRASIL
ASSISTENTE SOCIAL
CRESS/CE 3050